



Universidade Norte do Paraná

SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO
SERVIÇO SOCIAL

GERSON ROSATO DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

GERSON ROSATO DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA
PARTICIPACÃO POLÍTICA NO BRASIL

Porto Velho
2014

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	DESENVOLVIMENTO.....	4
2.1	O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1980 E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.	4
2.2	A ORIGEM DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE.....	4
2.3	O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO SUS.....	5
2.4	O CONTEXTO POLÍTICO DA INCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR. ..	5
3	CONCLUSÃO.....	6
	REFERÊNCIAS.....	7

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa falar sobre a construção das Políticas Sociais. Sobre o exercício do controle social, a participação popular na elaboração do SUS e o contexto político da inclusão da participação popular.

Em sua recente história, o Brasil viveu mais de 20 anos de regime autoritário militar, onde a participação dos cidadãos na esfera pública era limitada e desencorajada. Isso não impediu que por fora dos espaços oficiais e controlados, uma pluralidade de experiências participativas e emancipatórias florescesse na base da sociedade brasileira.

Veremos como a participação popular no desenhar de sua própria história, muda o cenário e traz avanços sociais significativos, sem a qual não seria possível de se conseguir.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1980 E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.

Na década de 80 a sociedade brasileira iniciou um processo político rumo a democratização do país, após mais de 20 anos de ditadura militar, também nesta década vivia-se numa profunda crise econômica determinada pela crise mundial do capitalismo e pelo esgotamento do modelo econômico aqui adotado. A economia mundial passou a se reestruturar segundo a teoria econômica neoliberal, impondo reformulações nas funções e organização do Estado. Os países desenvolvidos que adotaram o Estado de Bem-Estar Social eram pressionados para reduzirem sua ação nas políticas sociais, inclusive as de saúde., enquanto aqui, com a Constituição Cidadã de 1988, criavam-se as bases para um Estado Brasileiro de Bem-Estar Social.

É neste contexto de progressiva instauração do projeto neoliberal no país, gerando tensões entre as políticas econômicas e sociais que apresentaremos os avanços e recuos na política pública de saúde, em particular no Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2 A ORIGEM DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

As Conferências Nacionais de Saúde se iniciaram há mais de 70 anos, já tendo sido realizadas 14 delas.

A obrigatoriedade de suas realizações, bem como a periodicidade de 4 anos, ficou estabelecida pela Lei 8.142 de 1990, a qual diz que, para sua realização, se deve contar, necessariamente, com a participação dos movimentos sociais organizados, das entidades ligadas à área da Saúde, dos gestores e dos prestadores de serviços de saúde.

2.3 O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL E A CONTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO SUS.

O Controle Social é a integração da sociedade com a administração pública, com a finalidade de solucionar problemas e as deficiências sociais com mais eficiência.

Ele é um instrumento democrático no qual há a participação dos cidadãos no exercício do poder colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito de algumas políticas públicas.

Foi assim, através da participação popular ativa na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, que o SUS nasceu.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista da sociedade brasileira e foi criado com o firme propósito de promover a justiça social e superar as desigualdades na assistência à saúde da população, tornando obrigatório e gratuito o atendimento a todos os indivíduos.

2.4 O CONTEXTO POLÍTICO DA INCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

A idéia da participação dos indivíduos na esfera pública, debatendo e deliberando acerca de questões coletivas que dizem respeito às suas vidas, sempre foi um dos elementos essenciais da democracia e da política. Além dos princípios de igualdade e de liberdade, o ideal democrático pressupõe ação, participação, co-responsabilidade e interação entre diferentes sujeitos. Na década de 1980, os movimentos da sociedade que culminaram com a abertura política no Brasil tinham clareza quanto as limitações do regime democrático representativo e, portanto, buscavam referenciais teóricos da chamada “democracia participativa” ou da “democracia deliberativa” que pudesse contribuir para a construção de novas conquistas da sociedade brasileira.

3 CONCLUSÃO

Pode-se, inicialmente, dizer que a participação democrática nas decisões e ações públicas tem sido duramente conquistada pela sociedade civil por lidar com um Estado tradicionalmente privatista, que sempre manteve relações simbióticas e corporativas com grupos privilegiados.

Nesta perspectiva, as mobilizações e movimentos sociais que se construíram no contexto sócio-político brasileiro o fizeram como formas de participação política, que se diferenciam segundo as questões reivindicadas, definidas pelas condições concretas de cada época, pela experiência histórica e política dos atores protagonistas e pela maior ou menor abertura dos governantes ao diálogo e à negociação.

Já avançamos muito, e apesar de ter hoje o que é considerado o melhor sistema público de seguridade social, nós podemos claramente ver que ainda temos muito que fazer.

E só iremos conseguir avançar com a participação de todos os segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1992. v. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

<http://conselho.saude.gov.br/14cns/historias.html> acesso em 14/05/2014 às 18hs

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/> acesso em 14/05/2014 às 20hs

pt.wikipedia.org/wiki/Controle_social Acesso em 10/05/ 2014. Às 20h30min